



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ISSN: 1806-9584

Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de  
Comunicação e Expressão da Universidade Federal de  
Santa Catarina

Farias Alves, Caroline

Morte física e assassinato moral: feminicídios na imprensa brasileira

Revista Estudos Feministas, vol. 31, núm. 2, e92206, 2023

Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação  
e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina

DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n292206>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38175659030>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UABM [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# Morte física e assassinato moral: feminicídios na imprensa brasileira

*Physical death and moral murder: femicides in the Brazilian press*  
*Muerte física y asesinato moral: feminicidios en la prensa brasileña*

Caroline Farias Alves<sup>1</sup>  0000-0002-0707-100X

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História,  
Campinas, SP, Brasil. 13083-872 – [scpgdhis@unicamp.br](mailto:scpgdhis@unicamp.br)



OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa.

*Histórias de morte matada contadas feito morte morrida. A narrativa de  
feminicídios na imprensa brasileira.*

São Paulo: Editora Drops, 2021.

*Histórias de morte matada contadas feito morte morrida* são comuns na imprensa contemporânea ao compartilhar narrativas de feminicídios brasileiros. Isso é o que defende as autoras e jornalistas Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues no livro homônimo publicado no ano de 2021 pela Drops Editora. Ao lamentarem a pertinência e atualidade do tema, as autoras evidenciam a cada capítulo o avanço das leis de proteção e a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, em oposição ao atardo da cobertura midiática que continua responsabilizando as vítimas pela violência sofrida. A existência de feminicídios afetivos introduz as discussões do livro e justifica o interesse das autoras na temática. As experiências femininas são atravessadas pela lembrança de narrativas e imagens de feminicídios, que permanecem impregnadas em nossa memória. As informações em circulação sobre os crimes se tornam lembretes da violência misógina, estrutural e cotidiana seguida pela inquisição moralista no julgamento das vítimas. Quem não se lembra da primeira notícia vista na TV ou lida nas manchetes garrafais de jornais e revistas, protagonizada por uma mulher assassinada?

O livro parte de análises críticas acerca das práticas jornalísticas no noticiário criminal, caminhando em direção a casos em que o gênero se apresentou como fator determinante na forma como o crime foi narrado. A violência contra mulheres não se encerra nas agressões sofridas, sendo reiterada pela maneira como as vítimas são tratadas pela imprensa. Sob alegação de resguardo jurídico, redações e jornalistas preservam o direito à presunção de inocência do acusado restando à vítima o protagonismo na descrição de ações criminosas. Ainda sobre a vítima é atribuída a responsabilidade pelo próprio crime e pela manutenção de uma narrativa que entretinha o público leitor. Casos como os de Ângela Diniz, assassinada por Doca Street em 1976 ou de Eliza Samudio, assassinada por Bruno Fernandes em 2010, foram exemplos utilizados pelas autoras em que as vítimas foram julgadas e apontadas como causadoras, mesmo que involuntariamente, de seus próprios assassinatos. Imagens de corpos femininos vitimados, intimidade familiar invadida, a descrição de perfis que simplificam experiências e silenciam

subjetividades em troca de um reforço dos estereótipos de gênero estimulam, segundo Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues, o julgamento da vítima e a absolvição moral do assassino.

É comum que o primeiro, e na maioria das vezes o único, contato com as notícias de feminicídio na imprensa brasileira, ocorra através da leitura rápida de manchetes e subtítulos, cuja estrutura gramatical já sinaliza a misoginia presente nas escolhas da cobertura jornalística. A começar pelo recorrente uso da voz passiva que direciona as mulheres, objeto direto das orações, para o lugar de sujeitos da ação. Em matéria publicada no *Estadão* sobre o assassinato de Ana Carolina Vieira, no dia quatro de novembro de 2015, lê-se no título e na linha fina “Mulher é encontrada morta em apartamento da Zona Sul de SP. Corpo tinha sinais de violência; ex-namorado admitiu tê-la estrangulado e, após, tentou se matar com veneno de rato” (Niara OLIVEIRA; Vanessa RODRIGUES, 2021, p. 60). A vítima, “encontrada morta”, continua sendo sujeito da ação apesar do crime ter um executor confesso, Anderson Rodrigues Leitão, detido e preso pela polícia. A ele não foi imputado o ato, que deveria estar presente no verbo matar. Além das poucas referências em texto que relacionam o assassino ao crime cometido, uma grande ênfase se deu à profissão da vítima, como dançarina e bailarina do Faustão, obliterando sua identidade.

De acordo com as autoras de *Histórias de morte matada...* tanto o uso da voz passiva quanto a descrição do perfil das vítimas é feita para estimular especulações e ampliar o suspense, mantendo a atenção e o interesse do público leitor<sup>1</sup>. Ao passo que retiram da vítima sua individualidade, essas escolhas narrativas sugerem juízos de valor sobre a personalidade e o caráter de mulheres por meio da descrição da profissão, dos hábitos e da utilização de fotos descontraídas obtidas de redes sociais. Apesar dos usos recentes dessas estruturas narrativas pela mídia hegemônica, suas origens remontam tempos mais antigos, reportando aos primórdios da imprensa sensacionalista brasileira.

Desde o nascimento da cultura midiática, a morte de mulheres foi um recurso amplamente mobilizado na espetacularização jornalística e na estetização da violência. Como resultado de uma dinamização mundial dos meios de comunicação em curso no final do século XIX, emergiu no Brasil um novo gênero narrativo marcado pela espetacularização diária do cotidiano. Com a expansão dos centros urbanos e a ampliação do público leitor cresceu também uma demanda por divertimentos e espetáculos. A cultura popular e o universo de impressos em circulação no Oitocentos se dedicaram, então, a alimentar esse anseio pelo sensacional, promovendo novas estéticas e narrativas para os suicídios misteriosos, os acidentes de grandes proporções e os mais diversos assassinatos. Para Machado de Assis, já reconhecido e aclamado escritor daquele tempo, as narrativas sensacionalistas surgiram para amenizar o tédio da sociedade. Isso porque, de acordo com ele, “o homem gosta dos grandes crimes” (Machado de ASSIS, 1994 [1892], p. 1).

Permanências e descontinuidades marcam a história do sensacionalismo oitocentista ao noticiário criminal dos nossos dias. Para Norval Boitello Junior, docente em comunicação e semiótica na PUC-SP, persiste uma romantização da violência pela cultura midiática, assistida por uma audiência ainda ávida pelas narrativas sensacionais<sup>2</sup>. A espetacularização dessas histórias e experiências de violência, de acordo com o professor, vendem mais do que as próprias notícias (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2021).

Após um panorama mais teórico sobre as narrativas de feminicídio e uma seção de breves estudos de casos de reconhecida repercussão, o livro dá seguimento aos capítulos relacionados ao transfeminicídio<sup>3</sup>, ao feminicídio indígena<sup>4</sup> e ao feminicídio político. Apesar de não se aprofundarem na interseccionalidade como um conceito alinhado à teoria crítica feminista, as autoras mantêm uma escrita atenta aos marcadores sociais e processos de intersecção na análise discursiva das narrativas de violência cometida contra mulheres. Apresentada como uma ferramenta teórica e metodológica que articula relações de poder e categorias como gênero, raça e classe, a interseccionalidade é aprofundada na obra de Kimberlé Crenshaw, advogada, professora e defensora dos direitos civis estadunidenses. Partindo do reconhecimento de que, mesmo através da inclusão de políticas identitárias, muitas diferenças intragrupais são silenciadas, a autora defende o uso do conceito na análise de contextos de violência contra mulheres não-brancas (Kimberlé CRENSHAW, 1991).

<sup>1</sup> O uso recorrente de expressões como “suposto” e “possível” sustenta uma construção argumentativa que coloca em dúvida a integridade das vítimas e descredibiliza mulheres pela violência sofrida.

<sup>2</sup> As narrativas “sensacionais” antecedem o conteúdo sensacionalista ainda presente no noticiário contemporâneo. Na Europa do século XIX “sensação” se referia também a um tipo específico de literatura que apelava aos nervos e excitava os sentidos através da popularização de histórias de crimes e assassinatos. Mesmo antes do Oitocentos, de acordo com Christoph Türcke, os chamados gabinetes de arte e curiosidades da Renascença foram arautos do “sensacional”, exibindo o que era considerado raro e capaz de gerar surpresa. TÜRCKE, Christoph. *Sociedade excitada: filosofia da sensação*. Trad. de Antonio A. S. Zuin et. Al. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

<sup>3</sup> As autoras abordam os casos de violência cometida contra Larissa da Silva, Michele (sem sobrenome) e Jéssica Oliveira.

<sup>4</sup> Crimes cometidos contra a vida de Daiana Grá Sales, Raíssa da Silva e Myriwekede Karajá são analisados.

No capítulo dedicado ao feminicídio político, Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues destacam que, apesar de todo feminicídio ser político, é importante traçar essa caracterização reconhecendo os inúmeros e crescentes assassinatos de lideranças femininas na política ou em espaços institucionais, comumente ocupados por homens brancos<sup>5</sup>. O conceito tem sido elaborado a partir das pesquisas da jornalista e doutora Renata Souza, ex-assessora de Marielle Franco e deputada estadual no Rio de Janeiro. Segundo Renata, a categorização da expressão é fundamental para o reconhecimento de um fenômeno ainda pouco visibilizado e problematizado na mídia:

O patriarcado deixou o legado de invisibilização das mulheres em vida e em morte. E não seria diferente com aquelas que ousaram, e ousam, estarem na linha de frente da política, seja essa institucional ou não. O feminicídio político traz consigo uma das faces mais cruéis da vulnerabilidade da mulher na vida política. (Renata SOUZA, 2020, p. 127)

As autoras esclarecem que a escrita e o método adotado por elas “não se trata de uma pesquisa acadêmica, mas é fruto de uma profunda e cuidadosa pesquisa e reflexão” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2021, p. 52). Em tempos em que o feminicídio é ainda narrado de maneira equivocada, sendo a morte de mulheres categorizada como gênero de entretenimento em serviços de *streaming* de vídeos e podcasts, o livro apresenta uma reflexão crítica e propositiva que, não só alcança os debates acadêmicos, mas se faz necessária nos mais diversos espaços do cotidiano. A indicação ao prêmio Jabuti de 2022 revela a triste atualidade do tema e a competência das autoras<sup>6</sup>, que não se limitam a analisar criticamente as narrativas de violência, mas desenvolvem um trabalho que denuncia a misoginia ainda presente nos discursos da imprensa brasileira.

*Histórias de morte matada contadas feito morte morrida* possui a capacidade de, não somente gerar reflexões sobre quais mensagens as narrativas de feminicídio emitem a respeito das mulheres vítimas de violência, mas qual o efeito concreto para as mulheres que permanecem vivas. Como lembra Margareth Rago, a “importância do discurso como prática discursiva, como materialidade que constitui os objetos e sujeitos de que fala” (Margareth RAGO, 2014, p. 7), é uma dimensão fundamental para os feminismos e para a construção de um mundo menos violento e mais filógeno.

## Referências

ASSIS, Machado de. “A semana”. Rio de Janeiro: anno XVIII, n. 268, 25 de setembro de 1892. In: ASSIS, Machado de. *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, Vol. III, 1994.

CRENSHAW, Kimberle. “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color”. *Stanford Law Review*, v. 46, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa. *Histórias de morte matada contadas feito morte morrida. A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Drops, 2021.

RAGO, Margareth. “O feminismo acolhe Foucault”. *Labrys, estudos feministas*, p. 1-19, jul./dez. 2014. Disponível em <https://www.labrys.net.br/labrys26/foucault/margaok.htm>. Acesso em 20/08/2022.

SOUZA, Renata. “Feminicídio Político: um estudo sobre a vida e a morte de Marielles”. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 6, n. 2, p. 119-133, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/42037>. Acesso em 20/08/2022.

**Caroline Farias Alves** ([carolinef.alves@hotmail.com](mailto:carolinef.alves@hotmail.com)) é doutoranda em História pela UNICAMP com financiamento CAPES e período sanduíche realizado na Universidade de Columbia, em Nova York. Mestre e bacharel pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Laboratório de História da Arte (UFJF) e da linha de pesquisa “Mulheres e a escrita da História” (NEHSP, UFJF). Pesquisa as relações entre violência de gênero, imagens policiais e imprensa no entre séculos XIX e XX.

<sup>5</sup> Além de Marielle Franco, as autoras se dedicam a tratar dos crimes envolvendo o assassinato de Margarida Maria Alves, Dorothy Stang, Patrícia Acioli e Cláudia Silva Ferreira.

<sup>6</sup> Além do olhar atento e escrita afiada compartilhada pelas autoras, a leitura é facilitada pelo belo projeto gráfico e editorial da Drops.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

ALVES, Caroline Farias. "Morte física e assassinato moral: feminicídios na imprensa brasileira". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 2, e92206, 2023.

---

#### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

---

#### FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

---

#### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

---

#### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

---

#### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

---

#### LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

---

#### HISTÓRICO

Recebido em 16/12/2022  
Reapresentado em 25/03/2023  
Aprovado em 08/04/2023

---

